

977
28/11/95 A1
65

Setor elétrico desaponta

Investidor estrangeiro descobre que Brasil não privatiza logo

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

Divergências de opinião dentro do governo federal sobre a forma de encaminhar uma solução definitiva para o setor elétrico marcaram ontem a participação brasileira no seminário "Energia na América Latina", promovido pelo IBC Financial Focus, em Londres, e deixaram os investidores estrangeiros certos de que a privatização do sistema de energia está longe das prioridades governamentais.

O diretor do sistema de operações da Eletrobrás, Mário Fernando de Melo Santos, confirmou para este jornal que a impressão dos investidores é correta. "Nós precisamos primeiro ampliar nossa capacidade de produção de energia. Isso não significa que não vamos priva-

tizar, mas o mais importante agora é a continuidade do sistema de atendimento de energia à população", disse ele, adiantando que, independentemente da privatização, o setor precisa crescer pelo menos 5% ao ano.

Isso envolve a necessidade de investimentos da ordem de US\$ 8 bilhões nos próximos dez anos, que o governo, pelo que foi dito, prefere carrear para novos projetos em vez de simplesmente substituir a presença do Estado pela do setor privado em instalações já existentes.

O governo está, na verdade, apostando mais na implementação do regime de concessões no setor energético do que propriamente na privatização, mas há sérias diferenças de opinião sobre a condução do processo. "Eu tenho de ser franco,

existe uma série de dificuldades que o Brasil precisa enfrentar para reestruturar o setor. Temos empresas federais que respondem por 39% do sistema, enquanto uma fatia equivalente, de 37,5%, está a cargo de empresas estaduais, e isso representa um problema que não é fácil de resolver no campo político", disse em seu pronunciamento, durante o seminário, o secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, Peter Greiner, para quem a lei de concessões aprovada pelo Congresso Nacional terá de sofrer adaptações, de forma que esse tipo de regime possa tornar-se viável para o setor de energia elétrica.

Melo Santos discorda daquela colocação que ele julgava por demais pessimista e replicou: "Eu não concordo

com essa visão, acho que temos de avançar porque se formos esperar pela definição de toda a regulamentação corremos o risco de talvez não termos mais adiante o cenário econômico que temos hoje no País", contrapôs ele. As diferenças acabaram reforçando a opinião dos que não acreditam em uma definição tão cedo. "O Brasil ainda nem começou a trabalhar em uma nova regulamentação para o setor e ninguém tem idéia de quando as oportunidades de investimento no setor vão surgir; pode ser em 1996 ou em 1997, não se sabe", avaliou para este jornal o vice-presidente e gerente para a América Latina da General Electric (GE), dedicado ao investimento em infra-estrutura do setor energético.

(Continua na página A-6)

9m
28/11/95 A-6
05

Setor elétrico desaponta

por Maria Clara R. M. do Prado de Londres

(Continuação da página A-1)

A rigor, nenhum dos dois brasileiros trouxe a público as explicações e definições que a platéia queria ouvir. "Na questão das tarifas, o governo anunciou uma fórmula paramétrica antes de julho do ano passado, mas veio o plano de estabilização e as tarifas ficaram congeladas. Há algumas semanas o governo alterou as tarifas, mas não ficou claro se aquela fórmula paramétrica foi aplicada", comentou Christian Biebuyck, vice-presidente para América Latina da Tractebel Eletricidade e Gás Internacional, uma empresa belga, sediada em Bruxelas, que explora a distribuição de gás na Argentina e está concorrendo, em um dos cinco consórcios, na licitação da privatização de Tocopilla, estação de energia chilena.

Além da indefinição de uma política tarifária, Biebuyck diz que os investidores estrangeiros se sentem desprotegidos em seus projetos de longo prazo porque não sabem que política cambial o governo seguirá e, ainda, considera difícil alguém colocar dinheiro no setor energético brasileiro, já que tudo indica que o governo continuará, de algum modo, mantendo o controle sobre o setor. Isso, no seu entendimento, acaba conflitando com o princípio da livre concorrência que deve orientar todo e qualquer programa de privatização.

O secretário do Ministério das Minas e Energia acha que uma série de decisões precisa ser tomada dentro do governo para que o investidor privado se sinta atraído por colocar dinheiro no setor energético brasileiro. Ele insistiu, falando muito objetivamente, nas dificuldades existentes e citou, como exemplo, o caso das tarifas. "Nós temos de definir uma política tarifária, mas muitas das empresas de energia estaduais não são eficientes, e isso já mostra que existe um descompasso entre tarifas e eficiência."

Dificuldade de diagnóstico

por Maria Clara R. M. do Prado de Londres

A volatilidade que permeia as políticas de estabilização nos países da América Latina dificulta qualquer prognóstico de mais longo prazo e pode atrapalhar seriamente os planos que envolvem investimentos externos. "Há um ano e meio nós estávamos prevendo inflação crescente no Brasil e condições extremamente favoráveis ao investimento no México, mas exatamente o oposto aconteceu", observou John McCarter, gerente-geral do Sistema de Energia da GE - General Electric - para a América Latina.

Ele acha que o Brasil surpreendeu com sua política de estabilização, ao conseguir trazer a inflação para níveis extremamente baixos quando ninguém esperava, mas fez um contraponto ao deixar no ar a dúvida sobre a perspectiva de o país manter o mesmo desempenho no futuro: "É preciso ter as reservas internacionais em alta, a inflação em baixa e o setor

fiscal em equilíbrio, e isto não é uma tarefa fácil", comentou McCarter.

Mais confiante está o francês Jean Louis Thebault, diretor para a América do Sul da Électricité de France - EDF - que junto com seu colega da GE foi um dos expositores no seminário sobre "Energia na América Latina" promovido ontem em Londres, pelo IBC Financeiro Focus. "Eu tenho muita confiança no sucesso do Plano Real e deve-se notar que o governo (do presidente Fernando Henrique Cardoso) é muito firme", avaliou ele, na expectativa de poder ver em futuro próximo a definição de uma moldura regulatória que desenhe um modelo transparente para a reestruturação do setor energético, com atenção especial à questão da política tarifária.

Já Graig Reynolds, vice-presidente para Investimentos em Infra-Estrutura na América Latina da GE, está mais pessimista e na avaliação pessoal que faz sobre o

desempenho do Brasil com relação ao setor energético deu nota 7 para o Brasil e, na tabela em que se procura listar os países da região dentro das "Dez maiores oportunidades de mercado", o Brasil aparece em oitavo lugar, com uma observação reputando o país como tendo "grande potencial", mas deixando a indagação no ar "1996, o ano do deslanche?"

Thebault ressaltou que cada governo tem de decidir o modelo de privatização que melhor se adapta ao seu país, mas todas as iniciativas devem ser encaminhadas, no sentido de buscar a maior eficiência possível, com a menor tarifa possível.

O secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, Peter Greiner, observou que o mais importante na avaliação de um modelo de reestruturação do setor energético, quando se olha para o futuro, é considerar que cada 1% a mais de risco na taxa de retorno representa 3 ou 5% a mais no preço da tarifa.

Face a todos os problemas existentes, o governo procura fazer o que é possível para evitar falta de energia elétrica nos próximos anos, sabendo que não tem recursos próprios para investir. A alternativa que aparentemente está prevalecendo, para atender a essa fase considerada de transição, é a de privilegiar a concessão de pequenos novos projetos de termelétricas, que são muito mais baratos, e dar andamento a obras já iniciadas envolvendo o setor hidrelétrico com a participação do setor privado.

"Para que possamos assegurar a expansão do setor dentro das possibilidades que temos no momento, foi traçada uma diretriz de modo que nos próximos dez anos a par-

ticipação das termelétricas, que hoje é de apenas 3%, aumente para 20% no total da geração de energia do País, fazendo com que as hidrelétricas tenham sua fatia reduzida de 97% para 80%", disse Melo Santos.

Ele se considera um entusiasta e acha que mesmo sem um programa mais intenso de privatização do setor será possível reduzir o nível médio da tarifa, que hoje é de 70 centavos de dólar por quilowatt. Segundo explicou, o governo conta, para isso, com as parcerias que pretende fazer com o setor privado nas obras em andamento e, ainda, com a licitação de novas seis usinas (termo e hidrelétricas), envolvendo 724 megawatts, que serão tocadas sob regime de concessão.

O governo manterá regras de controle sobre o setor, mas o diretor da Eletrobrás afirma que o setor público não vai intervir na definição de tarifas dessas concessões.

Peter Greiner atesta que aquela diretriz de curto prazo está sendo tocada adiante pelo Ministério das Minas e Energia, junto com o fortalecimento do Departamento Nacional de Abastecimento de Energia Elétrica (DNAEE) e do decreto que vai regulamentar a lei das concessões. "A segunda diretriz pressupõe o apoio de consultoria internacional para reestruturar o setor, de forma a se ter já em 1996 definições para o programa de privatização e reorganização do setor", resumiu ele a este jornal.